

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Ofícios nº.11921/2020 – 11932/2020 – 11937/2020 – 11940/2020 - Secretaria
da 1ª Câmara**

Processo nº. 1084530

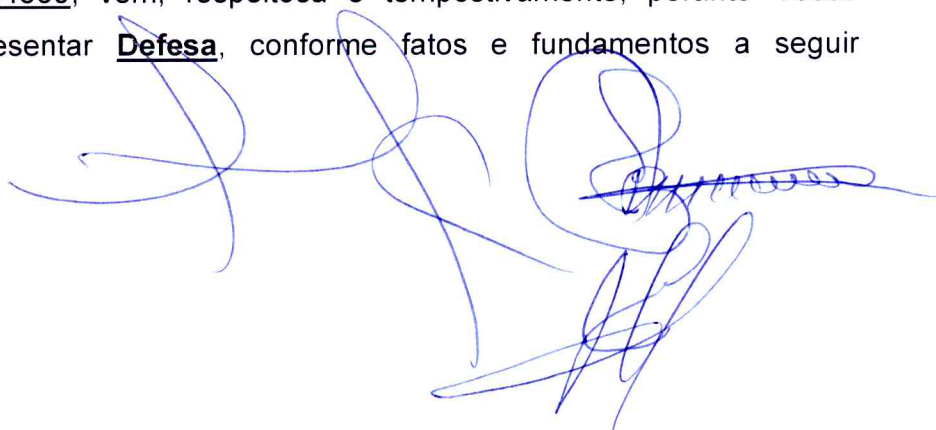
Natureza: Representação

Representante: Dicelma Moraes dos Santos

Representada: Prefeitura Municipal de São João do Paraíso

Relator: Conselheiro Durval Ângelo

MÔNICA CRISTINE MENDES DE SOUSA, brasileira, casada, filha de Álvaro Luiz Mendes e Maria Suely David Mendes, inscrita no CPF sob o nº 965.904.596-49, com endereço na Rua Marcionílio Pereira, nº 338, São João do Paraíso–MG, CEP. 39.540.000, **JOSÉ DE SOUSA NELCI**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 549.376.046.046-00, Secretário Municipal de Transporte e Manutenção de Tráfego de Município de São João do Paraíso-MG, residente e domiciliado na Rua Clemente Rodrigues de Almeida, nº 178, Morada do Sol, São João do Paraíso, **JOSÉ PEDRO DA SILVA FILHO**, Secretário Municipal de Saúde de São João do Paraíso-MG, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 249.916.516-20, portador(a) da Cédula de Identidade sob o nº. MG 1.155.693, residente e domiciliado na Rua Clemente Batista, nº. 60, Centro, São João do Paraíso/MG, e **IRISLANE BARBOSA RODRIGUES XAVIER**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 031.527.916-82, cargo, residente e domiciliada na Rua Valdemar Almeida, nº. 440, São João do Paraíso, nos autos da Representação ofertada por **Dicelma Moraes dos Santos**, Processo nº.1084530, vem, respeitosa e tempestivamente, perante Vossa Excelência, apresentar Defesa, conforme fatos e fundamentos a seguir aduzidos:



1. BREVE SÍNTESE DOS FATOS

Cuidam os autos de Representação formulada por Dicelma Moraes dos Santos, vereadora da Câmara Municipal de São João do Paraíso, por possíveis irregularidades concernentes às nomeações dos Senhores José de Souza Nelci, José Pedro da Silva Filho e Irislane Barbosa Rodrigues Xavier, para os cargos de Secretário Municipal de Transporte, Secretário de Saúde e Assessora em Articulações Políticas e Captação de Recurso respectivamente.

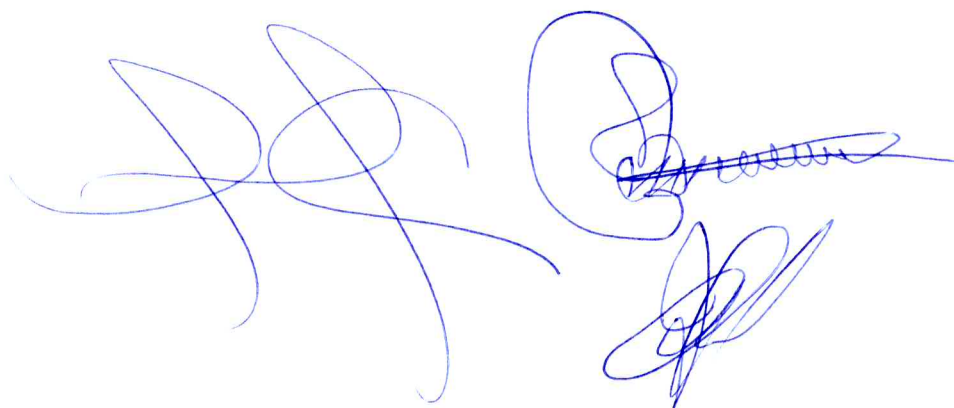
Alega a representante que os Senhores José de Souza Nelci, José Pedro da Silva Filho tornaram-se inelegíveis por força da decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União e a Sra. Irislane Barbosa Rodrigues Xavier pelo Tribunal Regional Eleitoral, sendo vedadas as suas nomeações por força do artigo 37, I, da CRFB/88 e o §1º alíneas "a" e "d" do art. 75, inciso II da Lei Orgânica do Município.

O despacho do relator determinou a citação dos representados para apresentarem defesa acerca das irregularidades apontadas.

2. DAS SUPOSTAS IRREGULARIDADES

2.1 Suposta inelegibilidade dos Representados

A Unidade Técnica apontou em seu relatório que:

Three handwritten signatures in blue ink, likely belonging to the representatives mentioned in the text. The signatures are stylized and overlapping.

Desse modo, verificou-se no inciso II, §1º, alínea “a” e “d” do artigo 75 da Lei Orgânica 01/2012 do município de São João do Paraíso – MG, *in verbis*:

Art. 75º - São condições essenciais para a nomeação dos cargos de secretários municipais, ocupantes de cargos comissionados, de confiança e de livre nomeação: [...].

II - estar no exercício dos direitos políticos; [...].

§ 1º - Ficam impedidos de ocupar cargos ou funções, mediante contratos temporários ou por livre nomeação na Administração Pública Municipal Direta e Indireta, nos poderes Executivos e Legislativos, bem como, em quaisquer instituições subvencionadas pelo Município:

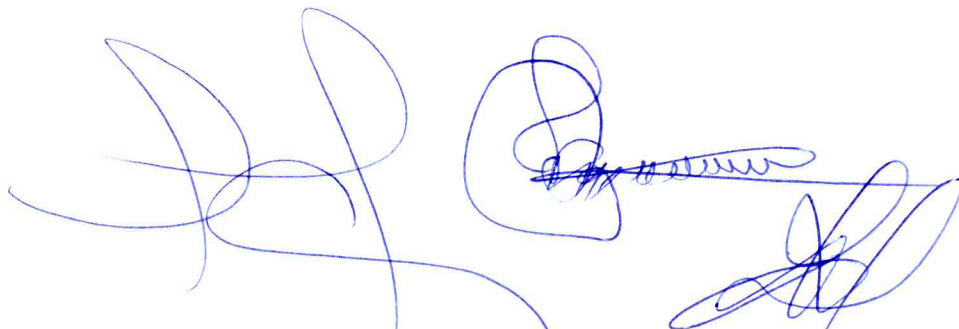
- a) Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou preferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes; [...]
- d) Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da decisão; [...]. (grifo nosso)

Inicialmente, cumpre destacar que a Lei Orgânica do Município de São João do Paraíso NÃO prevê as hipóteses acima elencadas, uma vez que tais disposições estavam previstas apenas na Proposta de Emenda à Lei Orgânica datada de 02 de julho de 2012, que além de NÃO ter sido aprovada em dois turnos, com interstício de 10 dias entre eles, também NÃO foi promulgada pela mesa diretora da Câmara Municipal de São João do Paraíso, mas tão somente assinada pelo Prefeito à época.

Veja que, para que a proposta de emenda 01/2012 vigorasse, deveria ter seguido o disposto no art. 29, *caput*, da Constituição Federal, no sentido de ser aprovada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias entre eles, aprovada com quórum qualificado de 2/3 dos vereadores e promulgada pela própria Câmara. Vejamos:

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

No mesmo sentido dispõe a Constituição do Estado de Minas Gerais:

Three handwritten signatures in blue ink, likely representing the approval or signing of the document by officials.

Art. 172 – A Lei Orgânica pela qual se regerá o Município será votada e promulgada pela Câmara Municipal e observará os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

A própria Lei Orgânica Municipal, nos parágrafos 1º e 2º do seu art. 43, define o procedimento a ser seguido nos casos de proposta de emenda à lei orgânica:

Art. 43 - A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

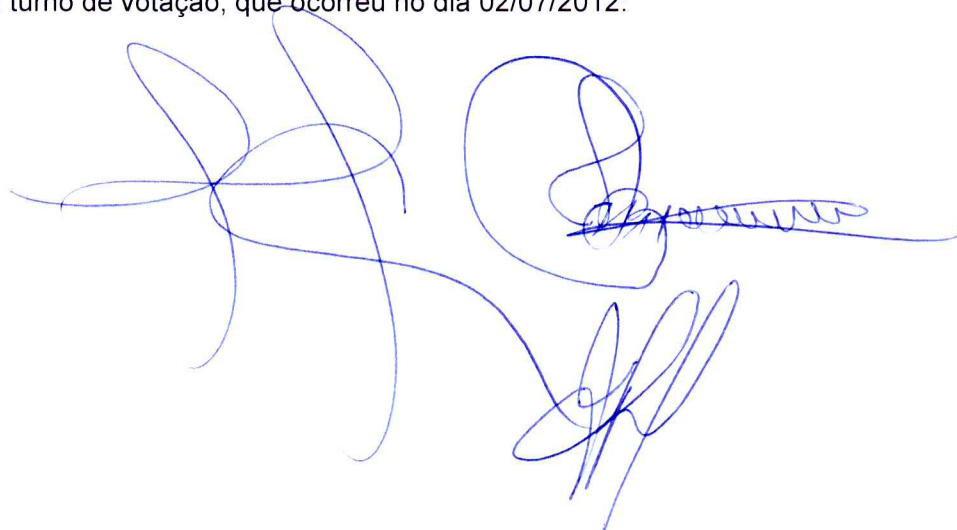
I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II – do Prefeito Municipal.

§ 1º - A proposta será votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal;

§ 2º - A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem;

Veja que, conforme certidão emitida pelo Presidente da Câmara Municipal no dia 04/04/2019 (em anexo), a proposta de emenda à lei orgânica nº 01/2012 foi aprovada somente em um turno de votação, que ocorreu no dia 02/07/2012:

Three handwritten signatures in blue ink. The first signature on the left is a large, stylized, circular flourish. The second signature in the middle is a more compact, cursive signature. The third signature on the right is a long, horizontal, wavy line.



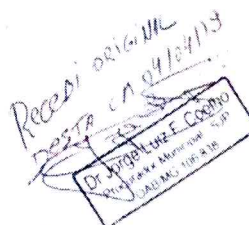
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MG

CNPJ: 25.219.288/0001-10 - e-mail: cmsjp2013@outlook.com
Rua: Afonso Batista, nº 135 - Centro - (38) 3832-1173 / 3832-1397
CEP: 39.540-000 - São João do Paraíso - Minas Gerais

CERTIDÃO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF: 25.219.288/0001-10, com sede à Rua Afonso Batista, nº 135, centro, CEP: 39540-000 São João do Paraíso/MG; neste ato representada pelo seu Presidente em exercício, o Sr. **ELDIVO MARQUES DE BRITO**, brasileiro, casado, Vereador – Presidente da Câmara Municipal de São João do Paraíso-MG, portador da Cédula de Identidade Rg. Nº 10011781 SSP/MG e devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 030.574.836-07 residente e domiciliado na Rua Montes Claros, nº 76, Distrito do Mandacaru do Paraíso, São João do Paraíso – MG, CEP 39.540-000. **Em reposta ao ofício nº 002/2019**, em consulta em nossos arquivos foi encontrada no livro oficial de ATAS às fls. 125 e 126, a ata da reunião ordinária realizada dia 26 de abril de 2012 que menciona a apresentação do PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, no entanto, não menciona sua numeração e votação; já às fls. 131, da ata de reunião ordinária realizada dia 02 de julho de 2012 a Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 01/2012, foi submetida em apreciação e votação plenária e foi aprovado por unanimidade, conforme cópias anexas.

Por ser expressão da verdade, firmo à presente.



São João do Paraíso – MG, 04 de abril de 2019.

ELDIVO MARQUES DE BRITO

Presidente da Câmara Municipal de São João do Paraíso – M/G

Além disso, NÃO há qualquer registro de que a referida proposta de emenda à lei orgânica tenha sido promulgada pela mesa da Câmara Municipal, havendo nos arquivos do Município somente um documento com o texto da proposta de emenda 01/2012, datado do dia 02/07/2012, com assinatura do Prefeito à época, o Sr. Manoel Andrade Capuchinho, que NÃO possuía competência para promulgar emenda à Lei Orgânica.

Portanto, não devem ser consideradas as hipóteses elencadas nos parágrafos indicados, já que o art. 75 da Lei Orgânica vigente à época e até os dias atuais, assim dispõe:

Art. 75 – São condições essenciais para a investidura no cargo de Secretário ou Diretor equivalente:

I – Ser brasileiro;

II – estar no exercício dos direitos políticos;

III – ser maior de vinte e um anos.

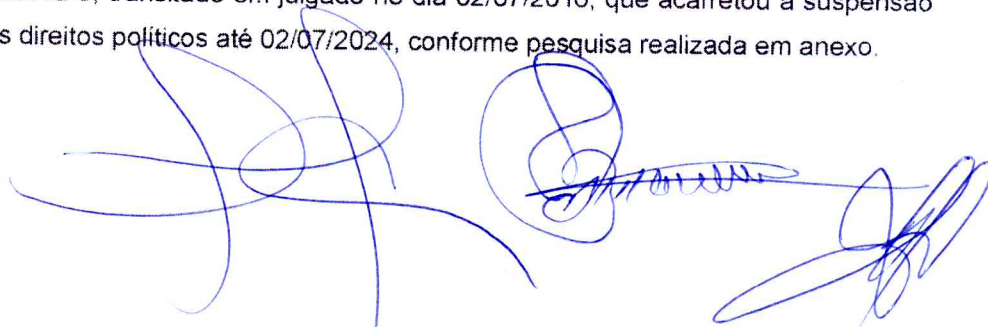
Feitos os esclarecimentos acima, passamos então a analisar pontualmente as alegações feitas na presente Representação.

2.1.1 – Da suposta condenação do Sr. José de Souza Nelci de suspensão dos direitos políticos.

Consta no Relatório da Unidade Técnica e na Representação respectivamente:

- O Sr. José de Souza Nelci, encontra-se inelegível por força de decisão junto ao TCU no processo de nº 013.990/2012-8, transitado em julgado no dia 02/07/2016, suspensão dos direitos políticos até 02/07/2024.

O Sr. José de Souza Nelci, encontra-se inelegível por força de decisão junto ao TCU (Tribunal de Contas da União), em processo de nº 013.990/2012-8, transitado em julgado no dia 02/07/2016, que acarretou a suspensão dos seus direitos políticos até 02/07/2024, conforme pesquisa realizada em anexo.



Ocorre que, analisando o referido Acórdão do Processo nº 013.990/2012-8, **NÃO FOI APLICADA A PENALIDADE DE SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS CONFORME NARRADO**, senão vejamos:

Número do Acórdão:
ACÓRDÃO 645/2015 - PRIMEIRA CÂMARA

Relator:
JOSE MUCIO MONTEIRO

Processo:
013.990/2012-8

Tipo de processo:
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL (TCE)

Data da sessão:
20/10/2015

Número da ata:
602/2015 - Primeira Câmara

Interessado / Responsável / Recorrente
S. Responsáveis: José de Sousa Nélci (ex-prefeito, CPF nº 276.046-11) e Aline de Lourdes Laura Gonçalves - ME (CNPJ 02.296.601/0001-03)

Representante Legal:
Hermínio Eustáquio de Souza Nunes (OAB/MG 110.800) e outros

Sumário:
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. CONVÊNIO. EVENTO FESTIVO. FALTA DE ELEMENTOS NECESSÁRIOS À PRESTAÇÃO DE CONTAS. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS IMEDIATA DEPOIS DA FEITA. COMPROVAÇÃO DE QUE AS DESPESAS FORAM PAGAS COM RECURSOS DE CONTAS DA PREFEITURA. EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS INDICATIVAMENTE FRAUDULENTAS POR EMPRESA ALHEIA À DESTIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, COM O OBJETIVO DE MASCARAR O DESTINO DADO ÀS VERBAS REPASSADAS. VALORES SACADOS DA CONTA ESPECÍFICA DO CONVÊNIO SEM EVIDENCIAMENTO DA FINALIDADE DADA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO PREFEITO E DA EMPRESA EMISSORA DAS NOTAS FISCAIS INDICADAS. CITAÇÃO REVELA DE ANTECIP. CONTAS IRREGULARES. DÉBITO TRUFA

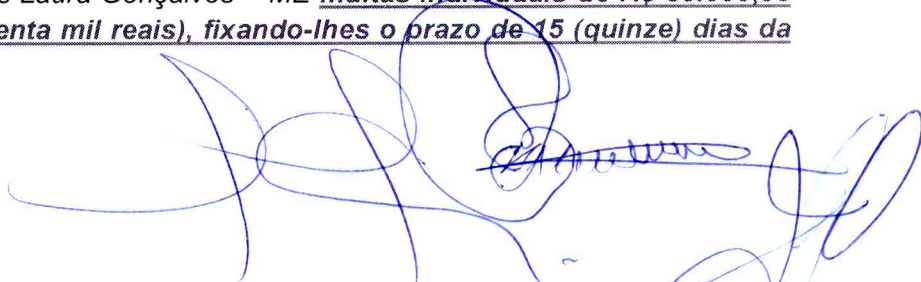
"9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, relativa ao Convênio nº 1654/2008 (Siconv nº 702758), firmado entre o Ministério do Turismo e a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MG com vistas à realização da "Festividade de Réveillon Popular" de 2009.

*ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "d", e § 2º; 19, **caput**; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; 28, inciso II; e 57 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 209, § 7º, e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do TCU, em:*

9.1. julgar irregulares as contas dos responsáveis José de Sousa Nélci e Aline de Lourdes Laura Gonçalves – ME, condenando-os solidariamente a pagar o valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora, calculados a partir de 5/6/2009 até o dia do efetivo pagamento, e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprovem perante o TCU o recolhimento do montante aos cofres do Tesouro Nacional;

9.2. aplicar aos responsáveis José de Sousa Nélci e Aline de Lourdes Laura Gonçalves – ME multas individuais de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias da



notificação para que comprovem perante o TCU o recolhimento do respectivo valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente a partir da data deste acórdão, se pago após o vencimento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. encaminhar cópia do inteiro teor da presente deliberação, bem como das instruções produzidas nos autos pela Secex/MG, ao Município de São João do Paraíso/MG, para ciência e adoção das medidas que entender cabíveis para sua defesa em relação à responsabilização pela contrapartida municipal de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), depositada na conta específica mas cuja aplicação não foi comprovada no objeto do Convênio nº 1654/2008 (Siconv nº 702758);

9.5. encaminhar cópia das peças 4-8 dos autos ao Ministério do Turismo, para conhecimento e adoção das medidas necessárias, tendo em vista conterem documentos pertinentes aos convênios de registro Siafi nº 601018, nº 627952 e Siconv nº 703697; e

9.6. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto, à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, para as medidas que entender cabíveis. (TCU – Processo nº TC-013.990/2012-8 - Natureza: Tomada de Contas Especial – Rel. Cons. José Mucio Monteiro)" (GN)

Portanto, totalmente descabida a presente Representação visto que não houve a aplicação da penalidade de suspensão de direitos políticos pelo acórdão citado ao Sr. José de Souza Nelci, não podendo ser considerada irregular sua nomeação como Secretário Municipal de Transporte.

2.1.2 – Da suposta condenação do Sr. JOSÉ PEDRO DA SILVA FILHO de suspensão dos direitos políticos.

Consta no Relatório da Unidade Técnica e na Representação respectivamente:

The image shows three distinct handwritten signatures in blue ink. The first signature on the left is a large, complex loop. The middle signature is a smaller, more compact loop. The third signature on the right is a long, horizontal, wavy line.

- O Sr. José Pedro da Silva Filho, encontra-se também inelegível pelo processo de 019.580/2013-4, transitado em julgado no dia 15/03/2018 no TCU, acarretando a suspensão dos direitos políticos até 15/03/2026.

O Sr. José Pedro da Silva Filho, também, encontra-se inelegível por força de decisão junto ao TCU (Tribunal de Contas da União), em processo de nº 019.580/2013-4, transitado em julgado no dia 15/03/2018, que acarretou a suspensão dos seus direito políticos até 15/03/2026, conforme pesquisa realizada em anexo.

Ocorre que, analisando o referido Acórdão do Processo nº 019.580/2013-4, **NÃO FOI APLICADA A PENALIDADE DE SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS CONFORME NARRADO**, senão vejamos:

Número do Acórdão:
ACÓRDÃO 1575 / 2015 - SEGUNDA CÂMARA

Relator:
ANA AREAS

Processo:
019.580/2013-4

Tipo de processo:
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL (TCE)

Data da sessão:
14/04/2015

Número da ata:
11/2015 - Segunda Câmara

Recusos:
Acórdão 5038/2017 - Segunda Câmara

Interessado / Responsável / Recorrente:

3. Interessado/Responsável:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

3.2. Responsáveis: José Pedro da Silva Filho (CPF ***916516-**) e Manoel Andrade Capuchinho (CPF ***633 916-**)

Entidade:

Município de São João do Paragominas/MG.

Representante do Ministério Público:

Procurador: Rildo Marcelo de Oliveira

Unidade Técnica:

Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex/ME

Representante Legal:

Luiz Gustavo Escarpelli dos Santos Reis (OAB/MG 103332) e outros

Sumário:

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - CONVENIO, PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MINIMA, IRREGULARIDADES NA PRESTACAO DE CONTAS, AUSENCIA OU INVALIDADE DO PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIACAO DO PROGRAMA, OUTRAS OCORRENCIAS, SELECCAO DAS ALESGACOES DE DEFESA, IRREGULARIDADE DAS CONTAS, DEBITO E MULTA.

Sobre o ponto, observe-se que não há como aceitar o parecer do conselho municipal relativo ao período de 20/12/2000 a 15/3/2001, pois foi assinado por pessoas não constantes do decreto que nomeou seus membros, à exceção de Juvenil Gomes Silva e de Modesto Gomes (peça 1, p. 128 e 262). A validade do documento é ainda mais questionável porque Juvenil Gomes Silva atuou na qualidade de suplente de



representante do **ente municipal**, sendo a opinião de Modesto Gomes, por conseguinte, a única regular em nome da sociedade civil.

11. Assim, e diante da inexistência de elementos que demonstrem boa-fé nas ações dos ex-prefeitos, conclui-se por acolher os fundamentos dos pareceres e julgar irregulares as presentes contas, com imputação de débito pelo total dos valores transferidos e aplicação da multa do art. 57 da Lei 8.443/1992. O fundamento da condenação deve ser o indicado pelo MPTCU (alínea “c”, e não alínea “b”, do inciso III do art. 16 da Lei 8.443/1992), por melhor se amoldar à situação.

12. Relativamente ao requerimento de José Pedro da Silva Filho para que o TCU determine à atual administração municipal que forneça a documentação referente ao ajuste firmado (peça 16, p. 3, e peça 32, p. 2), não cabe deferi-lo, uma vez que a jurisprudência deste Tribunal é assente quanto ao ônus do gestor de comprovar a aplicação dos recursos federais repassados, nos termos do art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal e do art. 93 do Decreto-Lei 200/1967.

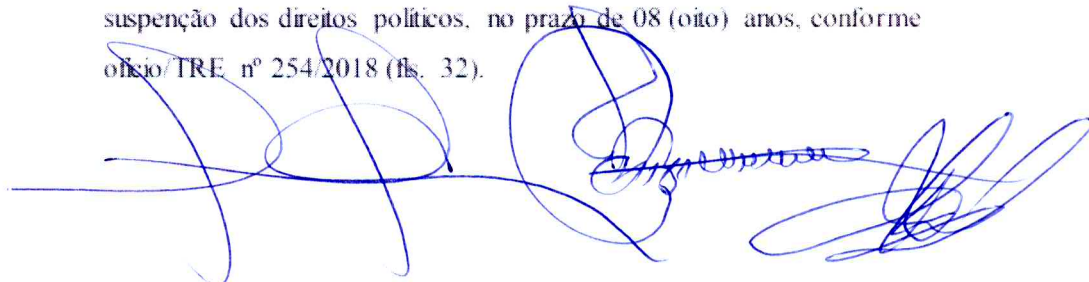
Ante o exposto, VOTO por que o colegiado aprove a minuta de acórdão que submeto à sua consideração.

Portanto, totalmente descabida a presente Representação visto que não houve a aplicação da penalidade de suspensão de direitos políticos pelo acórdão citado ao Sr. José Pedro da Silva Filho, não podendo ser considerada irregular sua nomeação como Secretário Municipal de Saúde.

2.1.3 – Da condenação da Sra. IRISLANE BARBOSA RODRIGUES XAVIER a pena de inelegibilidade

Consta no Relatório da Unidade Técnica e na Representação respectivamente:

- A Sra. Irislane Barbosa Rodrigues, tornou-se inelegível tendo em vista a acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), publicado no dia 25/06/2018. Nesta linha, ainda se verifica que em 27/07/2017 por ocasião do julgamento do Recurso Eleitoral nº 914.07.2016.6.13.0237 no TRE ainda se determinou a cassação e a suspensão dos direitos políticos, no prazo de 08 (oito) anos, conforme ofício/TRE nº 254/2018 (fls. 32).



Por fim, a Sra. Irislane Barbosa Rodrigues, encontra-se inelegível por força de decisão proferida pelo TRE (Tribunal Regional Eleitoral), conforme consta nos autos nº 914-07.2016.6.13.0237, com decisão proferida no dia 27/07/2017, que determinou a cassação do diploma da referida, tendo a decisão sido confirmada pela Egrégia Corte Eleitoral em acórdão publicado no dia 25/07/2018, que acarretou a suspensão dos seus direitos políticos, no prazo de 8 (oito) anos, conforme ofício de nº 254/2018, encaminhado ao legislativo, cópia em anexo ou seja, os referidos realizaram condutas incompatíveis com a moralidade pública, acarretando a suspensão dos seus direitos políticos. Sendo indevida a nomeação dos mesmos para exercer, perante órgão municipal, relevantíssimo cargo público em comissão.

Na sentença proferida pelo Tribunal Regional Eleitoral no Processo nº 914-07.2016.6.13.0237, constou:

Dessa forma, restando demonstrada a presença de todos os elementos que compõem a conduta típica descrita na inicial – captação ilícita de sufrágio –, assim como de abuso de poder econômico, impõe-se a cassação do diploma da Investigada e a sanção de inelegibilidade para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos subsequentes.

Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos para, nos termos do artigo 22, XIV, da Lei Complementar 64/90 e do artigo 41-A da Lei 9.504/97, cassar o diploma de Irislane Barbosa Rodrigues Xavier, tornando-a inelegível para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos subsequentes.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Comunique-se ao Ministério Público Eleitoral.

Comunique-se ao e. Tribunal Regional Eleitoral.

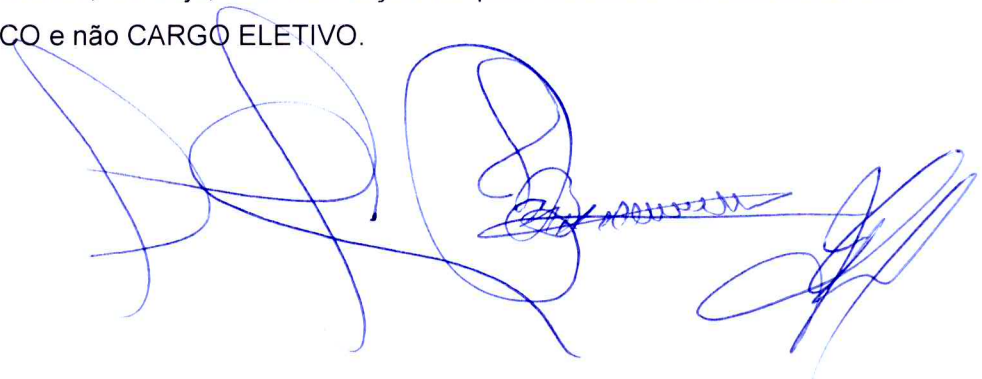
Após o trânsito em julgado, efetivem-se as providências cabíveis e façam-se as anotações pertinentes no Cadastro Eleitoral e remetam-se os autos ao Ministério Público Eleitoral, para as providências cabíveis.

Rio Pardo de Minas, 27 de Julho de 2017.

MARIÉ VERCESES DA SILVA MAIA

Juiza Eleitoral da 237ª Z E.

A Sra. Irislane tomou posse no cargo de Assessora em Articulações Políticas e Captação de Recurso, ou seja, sua nomeação foi para exercício de atividades em CARGO PÚBLICO e não CARGO ELETIVO.



A causa de inelegibilidade no caso concreto é circunstância avaliada exclusivamente pela Justiça Eleitoral e tão somente para fins de registro de candidatura, e apenas impede a Representada de ocupar cargo eletivo, não tendo efeito para outros cargos não eletivos do poder público.

Além disso, a Representada está no gozo de seus direitos políticos, tendo em vista que exerceu seu direito de votar no último pleito eleitoral das eleições municipais, ocorrido no dia 15 de novembro de 2020, conforme comprovante colacionado abaixo e anexado aos autos.

COMPROVANTE DE VOTAÇÃO
ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020

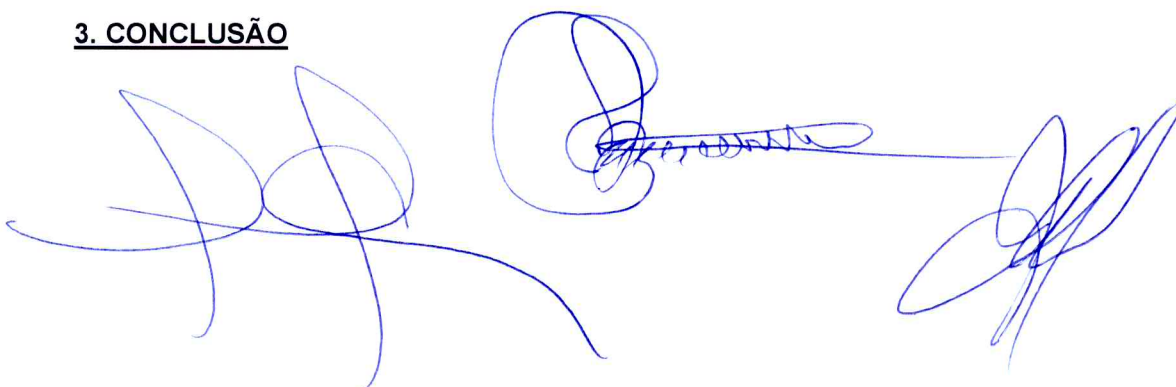
IRISLANE BARBOSA RODRIGUES
XAVIER

Inscrição: 1103 3590 0221
UF: MG Zona: 0237 Seção: 0083

Importante também esclarecer que conforme entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal a punição de "inelegibilidade" não se confunde com "suspensão dos direitos políticos", vejamos:

A inelegibilidade tem as suas causas previstas nos §§ 4º a 9º do art. 14 da Carta Magna de 1988, que se traduzem em condições objetivas cuja verificação impede o indivíduo de concorrer a cargos eletivos ou, acaso eleito, de os exercer, e não se confunde com a suspensão ou perda dos direitos políticos, cujas hipóteses são previstas no art. 15 da Constituição da República, e que importa restrição não apenas ao direito de concorrer a cargos eletivos (ius honorum), mas também ao direito de voto (ius suffragii). Por essa razão, não há inconstitucionalidade na cumulação entre a inelegibilidade e a suspensão de direitos políticos.[ADC 29, ADC 30 e ADI 4.578, rel. min. Luiz Fux, j. 16-2-2012, P, DJE de 29-6-2012.]

3. CONCLUSÃO

Three handwritten signatures in blue ink, likely representing the parties involved in the legal proceeding.

Por este íterim, essencial frisar que os representados não possuíam qualquer impedimento para assumir e exercer as atividades dos cargos e funções que tomaram posse, devendo ser julgada e arquivada a presente Representação.

4. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, uma vez que provado está à sociedade não existir nenhuma irregularidade na nomeação dos defendentes, requer a improcedência integral da presente Representação e dos apontamentos realizados pela Unidade Técnica, para ao final ser arquivado o processo.

São João do Paraíso, 18 de novembro de 2020.

MÔNICA CRISTINA MENDES DE SOUZA

MONICA CRISTINE MENDES
DE SOUSA:96590459649

Assinado de forma digital por MONICA
CRISTINE MENDES DE
SOUSA:96590459649
Dados: 2020.11.18 15:06:28 -03'00'



JOSÉ DE SOUZA NELCI



JOSÉ PEDRO DA SILVA FILHO



IRISLANE BARBOSA RODRIGUES XAVIER

